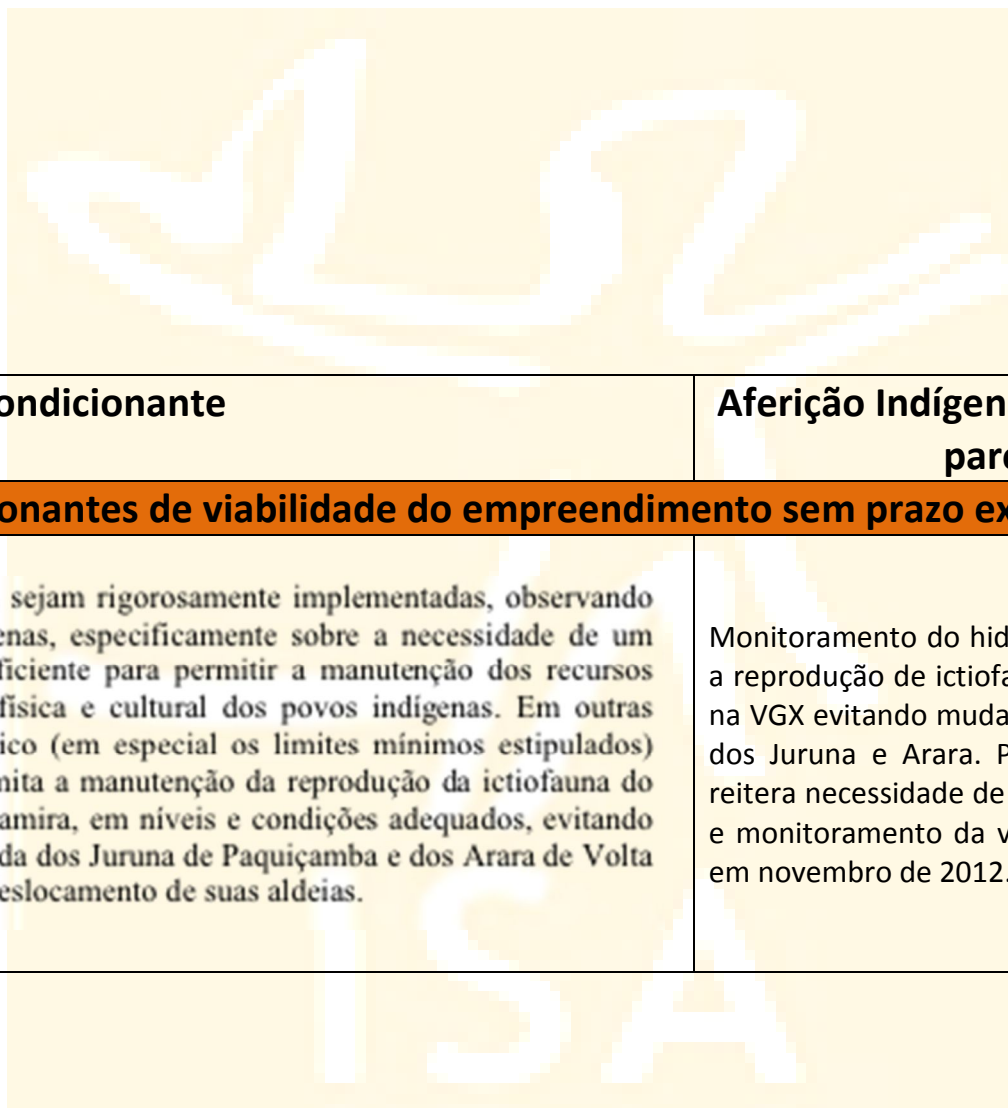


INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL - ISA

TABELA DE ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DAS CONDICIONANTES DO COMPONENTE INDÍGENA - PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE

Condicionantes presentes no Parecer Técnico 21/CMAN/CGPIMA-FUNAI, de 30 de setembro de 2009 (<http://www.ibama.gov.br/licenciamento/index.php> pp. 95-97). Outras fontes serão indicadas ao longo do texto.

Informação sistematizada pelo Instituto Socioambiental - ISA em junho de 2012 e atualizada em janeiro de 2013.



Condicionante	Aferição Indígena, constatações técnicas e parecer da Funai
Condicionantes de viabilidade do empreendimento sem prazo explícito	
<p>(a) As mudanças sugeridas no EIA sejam rigorosamente implementadas, observando as questões e peculiaridades indígenas, especificamente sobre a necessidade de um hidrograma ecológico, que seja suficiente para permitir a manutenção dos recursos naturais necessários a reprodução física e cultural dos povos indígenas. Em outras palavras, que o hidrograma ecológico (em especial os limites mínimos estipulados) considerado viável pelo Ibama permita a manutenção da reprodução da ictiofauna do Xingu e o transporte fluvial até Altamira, em níveis e condições adequados, evitando mudanças estruturais no modo de vida dos Juruna de Paquiçamba e dos Arara de Volta Grande podendo levar ao eventual deslocamento de suas aldeias.</p>	<p>Monitoramento do hidrograma de consenso para garantir a reprodução de ictiofauna do Xingu e o transporte fluvial na VGX evitando mudanças estruturais nos modos de vida dos Juruna e Arara. Para tanto a Licença de Instalação reitera necessidade de criar comitê indígena para controle e monitoramento da vazão reduzida. O comitê foi criado em novembro de 2012. (Ver condicionantes da LI)</p>

(b) a garantia de que os impactos decorrentes da pressão antrópica sobre as terras indígenas serão devidamente controlados.

“- deveria ter sido implementado um Plano de Proteção das TIs até o prazo de 22 de junho de 2011.”¹ Isso tampouco aconteceu na data prometida, e em 19 de agosto de 2012 os Xikrin publicam carta denunciando a ausência de posto de fiscalização na sua terra.

Na Licença de Instalação (LI), a Funai afirma que o **Plano de Proteção das Terras Indígenas é uma condicionante prioritária** para sua implantação². Apesar disso, em dezembro de 2012 a Funai declara que o Plano está atrasado e com cronograma desfasado³.

Estudos complementares⁴

1) Sobre a bacia hidrológica do rio Bacajá, com o mesmo critério e rigor daqueles realizados para o Xingu, a fim de esclarecer dúvidas sobre suas possibilidades de assoreamento, diminuição de vazão, impactos sobre ictiofauna, que podem comprometer de alguma maneira tanto as atividades de subsistência (pesca) como comerciais (castanha) e a locomoção das comunidades Xikrin da Terra Indígena Trincheira-Bacajá e dos Arara da Volta Grande. Esses estudos devem considerar as frentes de ocupação que alcançam as cabeceiras do rio Bacajá, visto o prognóstico de intensificação das atividades antrópicas nessa região. (Análise Ambiental dos Estudos Etnoecológicos 2009: 231)

- “os Estudos Complementares do Rio Bacajá deveriam ter sido apresentados até o dia 16 de abril de 2012. Os resultados dos Estudos Complementares do Rio Bacajá foram apresentados entre os dias 22 de abril e 02 de maio de 2012”.

- “Apenas um ano dos Estudos Complementares do Rio Bacajá não são suficientes para saber como o rio funciona e quais serão seus impactos com a construção da usina.

- Os Estudos Complementares deveriam continuar para saber sobre os ciclos da cheia, vazão, enchente e vazante; sobre os peixes que sobem do Xingu e que espécies serão

¹ Ibidem

² Ofício nº126/PRE-Funai. Brasília, 12 de maio de 2011.

³ Resposta a Requerimento de informação nº08850.002622/2012- 15 da Funai, de 10 de dezembro de 2012.

⁴ Ibidem, pag. 94.

afetadas.


- É preciso haver monitoramento da quantidade de barro que o Rio Bacajá carrega, da velocidade da água, dos desmatamentos das cabeceiras e afluentes, da qualidade da água do rio, da temperatura da água e surgimento de algas e mosquitos como o da malária, da diversidade e tamanho dos peixes que sobe o rio e chega à região das aldeias, das mudanças do efeito de remanso na piracema, das condições de navegação para transporte de pessoas e de escoamento de produção, principalmente da castanha que é feita na época da cheia, da ocupação de terras no entorno da TI devido a atividades de garimpo, poluição das águas, desmatamento, práticas de caça e pesca.

- É preciso que sejam feitos imediatamente:

- * Implantação de Postos de Fiscalização e Vigilância;
- * Definição dos Programas do PBA.
- * Definição de um Programa de transição após o Plano Emergencial.
- * Definição e apresentação do Sistema de Transposição nas aldeias.
- * Definição de equipe para monitoramento, com pessoas que sejam de confiança da comunidade.”⁵

Apesar de a Norte Energia ter contratado estudos complementares sobre a Bacia do Bacajá, não existe uma análise antropológica integrada de como os impactos

⁵ <http://xingubacajairiri.blogspot.com.br/2012/06/nossos-rios-vao-mudar-os-compromissos.html>

		identificados no novo estudo afetaram as comunidades Xikrin. Tampouco existe uma proposta de revisão e adaptação do PBA indígena a partir dos estudos complementares. Ou seja, os estudos são feitos e entregues, mas não tem uma contrapartida na definição e implementação das medidas de mitigação e compensação para os Xikrin. ⁶ Segundo parecer da Funai de dezembro de 2012 o estudo está sendo analisado. Ainda não foi aprovado. ⁷
2) Sobre os índios citadinos, estendendo a pesquisa às TIs Xipaya e Kuruaya, tendo em vista a forte presença de representantes desses grupos na cidade de Altamira e Volta Grande do Xingu, conforme justificativa apresentada neste parecer. Deverão ser apresentadas as genealogias citadas nos últimos estudos do componente indígena sobre os índios citadinos.		Segundo a Funai, em parecer de dezembro de 2012, o estudo complementar sobre os Xipaya e Kuruaya “foi recebido e avaliado que as medidas de mitigação propostas podem ser incorporadas nas próximas fases”. ⁸ Sobre os indígenas desaldeados, apesar de cadastrados pela empresa não foram registrados no DSEI e não recebem atendimento de saúde diferenciado, como de fato foi confirmado pela Sesai (Secretaria Especial de

⁶ Os estudos entregues em março de 2009 sobre a TI Trincheira do Bacajá concluíram que não era possível avaliar os impactos reais do empreendimento com as informações disponíveis nesse momento. “Pela análise do material do EIA não foi possível responder, de forma conclusiva, a algumas importantes indagações da comunidade indígena em relação ao destino do Rio Bacajá. (...) Estudos diretamente relacionados com o Rio Bacajá são poucos e, quando existentes, compreendem a região de seu baixo curso, local relativamente distante das comunidades indígenas. A Bacia hidrográfica do Rio Bacajá não foi considerada como um todo, ou seja, não foram estudados seus componentes físicos, biológicos e antropológicos, e sua influência sobre o empreendimento e vice-versa. As comunidades indígenas têm completa dependência dos recursos naturais da Bacia hidrográfica do Rio Bacajá. As atividades de caça, pesca e extrativismo são executadas em vários igarapés e em várias sub-bacias, formando uma rede intrincada de dependência dos recursos naturais. Qualquer mudança nesse ambiente implicará um rearranjo de relações. Por esse motivo é muito importante o conhecimento funcional desse sistema antes da influência de externalidades.” Estudo socioeconômico da TI Trincheira do Bacajá, março 2009: http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/Dossie/BM/DocsOf/EIA-09/Vol%2035/TOMO%205/Texto/Relatório%20TI%20Trincheira%20Bacajá.pdf página 65.

⁷ Resposta a Requerimento de informação nº08850.002622/2012- 15 da Funai, de 10 de dezembro de 2012.

⁸ Ibidem.

	<p>Saúde Indígena) em 4 de julho de 2012: “O modelo assistencial é ofertado aos indígenas moradores em aldeias dentro de reserva indígena e até o momento <u>o DSEI Altamira não assiste oficialmente indígenas citadinos ou residentes em áreas ribeirinhas.</u>”</p> <p>Segundo a Sesai: “em contato com a Funai em Altamira fomos informados que o mesmo está desenvolvendo um trabalho de identificação dessa população, porém não há ainda um registro de indígenas existentes nas comunidades ribeirinhas localizadas as margens dos rios Xingu, Riozinho do Afrísio, Iriri e Curuá.”⁹</p>
<p>3) Sobre a situação da indústria madeireira na região, apontando os efeitos do Projeto Belo Monte quanto ao incremento da produção desse setor e seus possíveis impactos nas terras indígenas. Deverão ser indicadas também formas e mecanismos para garantir a fiscalização quanto à origem e certificação da madeira a ser utilizada na obra de Belo Monte, caso o projeto venha a ser aprovado, como também medidas para o monitoramento e fiscalização desse setor.</p>	<p>Segundo a Funai, em parecer de dezembro de 2012, os estudos do setor madeireiro estão em “monitoramento” o que faz supor que foram recebidos pelo órgão.</p> <p>O desmatamento vem aumentando na região e no entorno das TIs. De acordo com a revista Época, “mapa produzido pelo Ibama mostra que entre 2010 e 2011 o desmatamento mais intenso na região foi nas duas regiões onde estão sendo construídas as hidrelétricas no Pará (Belo Monte) e em Rondônia. Além do desmatamento para instalar as obras, as hidrelétricas na região estimulam indiretamente o desmatamento. Produtores rurais locais e imigrantes desmatam para ampliar a produção ou para</p>

⁹ Resposta a Requerimento nº 25820.000325/2012-10 da Secretaria Especial de Saúde Indígena SESAI do Ministério da Saúde do dia 4 de julho de 2012 (Cópia do documento Anexo).

	especular, considerando o potencial de aumento do valor da terra.” ¹⁰
Condicionantes que deviam ser atendidas até o leilão (até o dia 20 de abril de 2010).	
1. Criação de grupo de trabalho para coordenação e articulação das ações governamentais referentes aos povos e terras indígenas impactadas pelo empreendimento, no âmbito do Comitê Gestor do PAC (“GEPAC- Belo Monte”) para viabilizar as seguintes ações concernentes a:	Segundo a Funai, “foi criada sala de situação para acompanhamento dos compromissos assumidos após a invasão da ensecadeira.” ¹¹ Não obstante não há manifestação formal desse grupo e os compromissos assumidos após a invasão tampouco foram cumpridos.
<ul style="list-style-type: none"> • Reestruturação do atendimento à saúde indígena pelo DSEI na região de Altamira; 	Há mais de três anos se espera a reestruturação do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) de Altamira. Das 32 aldeias somente sete (7) têm posto de alvenaria e outros sete (7) de madeira, ou seja, menos da metade das aldeias não têm posto de saúde. Não foram contratados os profissionais que devem prestar assistência diária e que residam na aldeia, como os Agentes Indígenas de Saúde e Técnicos de Enfermagem, entre outros. Tampouco foi contratado um médico para todo o Distrito ¹² . Com isso, problemas que poderiam ser resolvidos na aldeia acabam encaminhados para Altamira, gerando diversos outros problemas, e sobrecarregando o já precário serviço de saúde disponível no município. Antes da Licença de Instalação da Usina Hidrelétrica, as condicionantes da Funai previam um “programa de

¹⁰ <http://colunas.revistaepoca.globo.com/planeta/2011/12/06/desmatamento-cai-mas-nao-no-entorno-de-usinas/>

¹¹ Resposta a Requerimento de informação nº08850.002622/2012- 15 da Funai, de 10 de dezembro de 2012.

¹² Resposta a Requerimento nº 25820.000325/2012-10 da Secretaria Especial de Saúde Indígena SESAI do Ministério da Saúde do dia 4 de julho de 2012 (Copia do documento Anexo).

		<p>atendimento à saúde reformulado”, que já devia estar “operante”. A situação é realmente precária como atesta um vídeo sobre atendimento de saúde a indígenas em Altamira (“Belo Monte, um drama para a Saúde Indígena” - http://www.youtube.com/watch?v=eGF-xKtLmCc).</p> <p>Em resposta a requerimento oficial do dia 4 de julho de 2012, a Sesai afirma que para 2012 não foi construído “NENHUM PÓLO BASE DAS CONDICIONANTES”¹³.</p>
<ul style="list-style-type: none"> Fiscalização e vigilância das TIs dos Grupos 1 e 2, incluindo termo de cooperação com o CENSIPAM, para monitoramento por imagens de satélite das TIs; 	14	<p>O governo federal não tem feito nenhuma articulação neste sentido ao mesmo tempo em que as Terras Indígenas impactadas por Belo Monte estão entre as mais desmatadas da Amazônia Legal. A Terra Indígena Cachoeira Seca do Iriri é a quinta área protegida com maior média de perda absoluta de floresta original entre 2009 e 2011 da Amazônia.¹⁵.</p>
<ul style="list-style-type: none"> Adequação e modificação dos projetos da BR 158 e PA 167, de modo que seus traçados não incidam em terras indígenas, envolvendo o DNIT e Secretaria de Transportes do estado do Pará; 		<p>Segundo a Funai: “Funai solicitou modificação dos traçados das rodovias. DNIT informou que a BR 158 (cujo traçado é previsto de cortar a TI Trincheira Bacajá), está como rodovia planejada, sem previsão de construção, mas</p>

¹³ Ibidem.

¹⁴ Os Grupos 1 e 2 de Terras Indígenas às quais faz referencia o Parecer Técnico da Funai são: Grupo 1: Paquçamba, Arara da Volta Grande, Juruna do Km 17 e Trincheira do Bacajá. Grupo 2: Apyterewa, Araweté do Igarapé, Ipixuna, Koatinemo, Karararô, Arara e Cachoeira Seca. Parecer Técnico 21/CMAN/CGPIMA-FUNAI, 30 de setembro de 2009, Página 29.

¹⁵ Martins. H, Vedoveto. M, Araújo. E, Barreto.P, Baima.S, Souza C., Veríssimo. A., Áreas protegidas críticas na Amazônia legal. IMAZON: 2012. Pág 14

		que não pode retirá-la do planejamento devido à mesma estar no Plano Nacional Viário – PNV.” ¹⁶ Sobre as estradas estaduais não há nenhuma informação.
<ul style="list-style-type: none"> Ação conjunta entre a Polícia Federal, Funai, Ibama, Incra, AGU e Força Nacional para viabilizar as seguintes ações de regularização fundiária das terras indígenas: 		
- demarcação física das TIs Arara da Volta Grande e Cachoeira Seca;		
- atualizar levantamento fundiário e iniciar desintrusão da TI Apyterewa;		
- apresentar solução para os ocupantes não-indígenas cadastrados como não sendo de boa fé;		
- apoiar a arrecadação de áreas para o reassentamento dos ocupantes não-indígenas de boa-fé.		
		<p>“-A questão relacionada às ações de regularização fundiária das Terras Indígenas Arara da Volta Grande e Cachoeira Seca, além da desintrusão da TI Apyterewa não foi resolvida (...) A condicionante 2.28 relacionada ao parecer 21 da Funai sobre a TI Apyterewa ainda não foi cumprida.”¹⁷</p> <p>A TI Apyterewa já iniciou o processo de desintrusão, mas parou. A demarcação física de Arara da Volta Grande e Cachoeira Seca já foi feita, agora devem iniciar os processos de levantamento fundiário e com essas informações fazer a desintrusão dessas duas terras. Ou seja, o processo começou, mas não há cronograma nem data para seu encerramento. Segundo a Funai já há uma solução para os ocupantes não indígenas das terras invadidas, mas na região evidencia-se uma forte pressão política por parte dos ocupantes não indígenas que se manifestam desatendidos para sair das TIs.</p>
		Segundo a Funai: “Em acordo com as demais instâncias do governo, subdividiu-se essa condicionante em 2. Para as

¹⁶ Resposta a Requerimento de informação nº08850.002622/2012- 15 da Funai, de 10 de dezembro de 2012. <http://www.imazon.org.br/publicacoes/livros/areas-protetidas-criticas-na-amazonia-legal>

¹⁷ <http://xingubacajairiri.blogspot.com.br/2012/06/nossos-rios-vao-mudar-os-compromissos.html>

2. Assinatura de termo de compromisso entre Funai e Eletrobrás para elaboração de convênio visando o fortalecimento, a longo prazo, de programas abrangentes de apoio e assistência aos povos e TIs presentes neste parecer .

ações de fortalecimento na região de Altamira foi assinado Termo de Compromisso com a empresa Norte Energia S/A. Para ações do grupo 3 (Kayapó), foi assinado protocolo de intenções com a Eletrobrás. Termo Funai/NESA venceu em setembro de 2012”.¹⁸

Vale a pena destacar que o convênio entre a Funai e a Eletrobrás deve “beneficiar” a todos os povos e Terras Indígenas mencionadas no Parecer Técnico 21/CMAN/CGPIMA-FUNAI, mas os recursos deste Termo de cooperação foram direcionados curiosamente para o povo Kayapó que mais resistência política tem manifestado contra a Usina de Belo Monte:

“A Fundação Nacional do Índio (Funai), a Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobrás, o Instituto Kabu e a Associação Floresta Protegida formalizaram ontem (24 de abril de 2012), a assinatura do Termo de Cooperação Técnica Financeira, para a realização de ações de apoio e assistência às comunidades indígenas da etnia Kayapó do médio Xingu.

O acordo celebrado prevê o repasse de recursos para a execução do chamado “Projeto emergencial para seis aldeias Kayapó do oeste do Pará, em ações de produção e geração de renda e melhorias de novos aldeamentos localizados em áreas estratégicas (...) Segundo o presidente da Eletrobrás, José da Costa Carvalho Neto, até o dia 04 de maio será liberado o recurso financeiro para

¹⁸ Resposta a Requerimento de informação nº08850.002622/2012- 15 da Funai, de 10 de dezembro de 2012.

	<p>dar início à execução do projeto emergencial, que terá a duração de quatro meses, contados a partir da data de sua assinatura. Carvalho também explicou que durante a realização do projeto emergencial, a Eletrobrás irá trabalhar na criação dos planos definitivos do programa de médio prazo, com duração de quatro anos.”¹⁹</p>
<p>3. Publicação de portaria para restrição de uso entre as Terras Indígenas Trincheira Bacajá e Koatinemo, para proteção de índios isolados;</p>	<p>A Funai interditou uma área para índios isolados na área solicitada por um prazo de dois anos que vence em janeiro de 2013. A área chamada de Ituna / Itatá, abriga índios isolados, entre as TIs Koatinemo e Trincheira/Bacajá, no Estado do Pará, segundo a portaria nº 38, de 11/01/2011, e ocupa uma área de 137.756 hectares, entre os rios Xingu e Bacajá. A interdição da área foi ampliada por mais três (3) anos através da Portaria da Funai nº17 de 10 de Janeiro de 2013.</p> <p>Vale a pena lembrar que esta área coincide com uma das áreas propostas pelo empreendedor para a criação de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral com os recursos da compensação ambiental. Infelizmente não tem sido publicada informação oficial sobre a destinação dos quase 100 milhões de reais de compensação ambiental.</p>
<p>Ações que devem ser implementadas após o leilão, mas antes da licença de instalação da usina</p>	
	<p>Segundo a Funai, o levantamento fundiário teve início em julho de 2012. Foi finalizado o levantamento da TI Arara</p>

¹⁹ http://www.funai.gov.br/ultimas/noticias/2012/04_abr/20120425_13.html

<p>1. Fortalecimento da atuação da Funai no processo de regularização fundiária e proteção das terras indígenas, para que cumpra suas obrigações constitucionais:</p>	<p>da Volta Grande, mas a TI Cachoeira Seca teve impedimentos.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • desintrusão das TIs Arara da Volta Grande e Cachoeira Seca; 	<p>“A redefinição de Paquiçamba será feita em 2 etapas: a primeira é a área tradicionalmente ocupada. Após a publicação do relatório de identificação terá início a segunda etapa: de aquisição de área que a TI Paquiçamba chegue até o reservatório”.²⁰</p>
<ul style="list-style-type: none"> • redefinição de limites da TI Paquiçamba, garantindo o acesso ao reservatório; 	<p>O prazo para a desintrusão total é até antes da licença de operação da usina.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • completa desintrusão e realocação de todos os ocupantes não-índios das TIs envolvidas neste Processo; 	<p>“No dia 08 de junho de 2012 foi emitida a autorização da FUNAI para início imediato do Programa de acesso viário das TIs Paquiçamba, Arara da Volta Grande do Xingu e Trincheira Bacajá. Até agora nada foi feito. (...) O estabelecimento de um corredor ecológico ligando as Terras Indígenas Paquiçamba, Arara da Volta Grande do Xingu e Trincheira Bacajá, além da ampliação da TI Paquiçamba e criação de Unidade de Conservação também não foram consolidados.”²¹</p>
<ul style="list-style-type: none"> • todas as TIs regularizadas (demarcadas e homologadas); 	
<p>2. Implementação de outras ações do Estado necessárias para apoiar o cumprimento das medidas de mitigação dos impactos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • destinação das ilhas no Xingu que se encontram entre as Terras Indígenas Paquiçamba e Arara da Volta Grande do Xingu como áreas de usufruto exclusivo dessas comunidades indígenas; 	<p>Segundo a Funai, “parte do problema seria resolvido com a redefinição fundiária de Paquiçamba, entretanto, há necessidade de articulação com a Marinha, o ICMBio e o Ibama para regularização, se possível. A previsão de cumprimento seria antes da Licença de Operação”.²²</p>

²⁰ Resposta a Requerimento de informação nº08850.002622/2012- 15 da Funai, de 10 de dezembro de 2012.

²¹ <http://xingubacajairiri.blogspot.com.br/2012/06/nossos-rios-vao-mudar-os-compromissos.html>

²² Resposta a Requerimento de informação nº08850.002622/2012- 15 da Funai, de 10 de dezembro de 2012.

<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento de um corredor ecológico ligando as Terras Indígenas Paquçamba, Arara da Volta Grande do Xingu e Trincheira-Bacajá, incluindo nesse processo a ampliação da Terra Indígena Paquçamba e a criação de unidades de conservação propostas nesse parecer. 	
<ul style="list-style-type: none"> • elaboração de proposta de atendimento à educação escolar para as comunidades impactadas, em conjunto com a Secretaria Estadual de Educação do Pará e MEC. 	Essas ações deveriam estar previstas no PBA, mas o Plano Operativo do PBA indígena ainda não foi aprovado pela Funai. O PBA do Componente Indígena tem mais de 18 meses de atraso com relação ao início das obras. Segundo a Funai, o Plano Operativo estava em revisão em dezembro de 2012 .
<ul style="list-style-type: none"> • programa de atendimento à saúde reformulado e operante; 	Sobre os problemas para atendimento em saúde dos povos indígenas, a Sesai manifestou preocupação com a multiplicação das aldeias, produto das brigas internas: “Em 2010 a população indígena do DSEI Altamira ainda estava distribuída em 21 aldeias. no entanto, no início de

²³ A licença de Instalação definiu o valor da compensação ambiental da Usina de Belo Monte em quase 100 milhões de reais. Estes recursos devem ser aplicados no fortalecimento de Unidades de Conservação de Proteção Integral existentes e não criação de novas Unidades de Conservação. Apesar de ter dinheiro e propostas para a criação das áreas ainda não há nenhuma decisão por parte do Ibama no Comitê de Compensação Ambiental Federal. Tampouco há explicações sobre a demora na aplicação dos recursos.

	<p>2011, com as primeiras discussões sobre o Plano Básico Ambiental – Componente Indígena / projeto belo monte, ocorreram sucessivas divisões nas comunidades indígenas, ocasionando uma grande mudança no desenho original e distribuição populacional decorrente da implantação de mais 13 novas aldeias, perfazendo em 2012 um total de 34 aldeias, dentro do mesmo território do DSEI –ATM.”²⁴</p>
<ul style="list-style-type: none"> programa de atendimento à educação escolar elaborado e operante; 	<p>Ações que deveriam estar previstas no PBA, mas o Plano Operativo do PBA indígena ainda não foi aprovado pela Funai. O PBA do Componente Indígena tem mais de 18 meses de atraso com relação ao início das obras. Segundo a Funai o Plano Operativo estava em revisão em dezembro de 2012²⁵.</p>
<p>Ações que deveriam ter acontecido “imediatamente após a assinatura do contrato de concessão do AHE”, ocorrida em maio de 2010.</p>	
<ul style="list-style-type: none"> Elaborar Cronograma e Plano de Trabalho para discussão das diretrizes gerais dos programas apontados nos estudos, incluindo a gestão e execução das ações, amplamente discutidos com todas as comunidades impactadas para o devido detalhamento e aprovação imediatamente após a assinatura do contrato de concessão do AHE; 	<p>“- deveria ter sido criado um Cronograma e Plano de Trabalho para execução dos programas de mitigação discutido em todas as comunidades e contendo as propostas de cada uma.”²⁶ Isso não foi feito. O PBA Indígena foi aprovado pela Funai em 2 de julho de 2012 mas o Plano Operativo ainda não foi aprovado.</p>

²⁴ Resposta a Requerimento nº 25820.000325/2012-10 da Secretaria Especial de Saúde Indígena SESAI do Ministério da Saúde do dia 4 de julho de 2012 (Cópia do documento Anexo).

²⁵ Resposta a Requerimento de informação nº 08850.002622/2012- 15 da Funai, de 10 de dezembro de 2012.

²⁶ <http://xingubacajairiri.blogspot.com.br/2012/06/nossos-rios-vao-mudar-os-compromissos.html>

- Elaborar e iniciar a execução de Plano de Fiscalização e Vigilância Emergencial para todas as terras indígenas, em conjunto com a Funai, comunidades indígenas e outros órgãos, contemplando inclusive áreas de maior incidência de garimpo no leito do Rio Xingu (no trecho da Vazão Reduzida) logo após assinatura do contrato de concessão do AHE;

“A Funai assinou Termo de Compromisso com Norte Energia S/A, sendo que um de seus planos de trabalho é a execução do Plano de Proteção, apresentado pela Funai. Cronograma desfasado. Apenas duas bases provisórias foram entregues. Em julho de 2012, a Norte Energia se comprometeu com novos prazos para execução das bases: duas até fim de setembro, duas até fim de outubro, duas até novembro e três até dezembro”.²⁷ Esta condicionante, que deveria ter sido atendida até **setembro de 2010, tem um atraso de dois anos (2) e quatro (4) meses.** O que contrasta com o fato da TI Cachoeira Seca ser uma das Terras Indígenas com maior desmatamento ilegal de toda a Amazônia.

Ações sem prazo explícito, mas que deverão ser atendidas antes da Licença de Operação da usina

- Garantir recursos para execução de todos os Planos, Programas e ações previstas no EIA para o componente indígena durante todo o período de operação do empreendimento;

Até hoje não foi apresentado nenhum orçamento sobre o valor das condicionantes ou do próprio PBA nem para os cidadãos em geral, nem para os povos indígenas atingidos. O PBA foi aprovado com ofício do dia 2 de julho de 2012 sem que a Funai tivesse a oportunidade de terminar as

²⁷ Resposta a Requerimento de informação nº08850.002622/2012- 15 da Funai, de 10 de dezembro de 2012.

		consultas sobre ele com os povos indígenas dos rios Iriri e Xingu à montante do empreendimento. ²⁸ Para dezembro de 2012 não tinha sido aprovado o Plano Operativo do PBA. Segundo a Funai: “A Norte Energia enviou á Funai ofício garantindo que não faltará recursos para o componente indígena.”
<ul style="list-style-type: none"> • Criar plano de comunicação com as comunidades indígenas, com informações sobre as fases do empreendimento, do licenciamento e sobre todas as atividades relacionadas ao AHE Belo Monte. 		<p>“Um registro de todo o processo de implementação dos programas deveria ter sido disponibilizado em todas as aldeias.”²⁹ Isso não foi feito.</p> <p>Sobre o programa de comunicação que colocou rádios nas aldeias é necessário afirmar que este não tem sido um instrumento para maior entendimento dos processos de licenciamento e das obras por parte dos povos indígenas. O maior exemplo disso é que as obras no rio começaram e o programa de comunicação nem ao menos informou às aldeias da Volta Grande do Xingu. Estas perceberam o início das obras com a piora na qualidade da água.</p>

²⁸“diante da situação emergencial em que se encontram as populações indígenas impactadas pelo início das obras de instalação da UHE Belo Monte, a Funai encaminhou, em 02/07/2012, ofício e parecer técnico ao Ibama dando anuência e recomendando o início da execução do PBA indígena. No entanto, será garantida a sequência de reuniões sobre o PBA indígena nas aldeias onde estas ainda não foram realizadas, com a equipe da Funai, para atender suas demandas, assim como as demandas contidas no Plano Emergencial do componente indígena – atualmente em vigor e que prevê ações e projetos de etnodesenvolvimento, segurança alimentar e infraestrutura para as aldeias impactadas.” Nota da Funai sobre a UHE Belo Monte. 05 de julho de 2012, publicada em: <http://www.funai.gov.br/>

²⁹ Ibidem

<ul style="list-style-type: none"> • Criar um comitê indígena para controle e monitoramento da vazão que inclua mecanismos de acompanhamento – preferencialmente nas terras indígenas, além de treinamento e capacitação, com ampla participação das comunidades. 	Foi constituído em novembro de 2012.
<ul style="list-style-type: none"> • Formação de um Comitê Gestor Indígena para as ações referentes aos programas de compensação do AHE Belo Monte. 	Foi constituído em novembro de 2012, mas não tem nada a ser monitorado porque ainda não foi aprovado o Plano Preparativo do PBA do Componente Indígena.
<ul style="list-style-type: none"> • Eleição de áreas para a Comunidade Indígena Juruna do Km 17, com acompanhamento da Funai. 	Segundo a Funai: “A Funai encaminhou à Norte Energia S/A, através de ofício 060/CGGAM/DPDS, as orientações para a aquisição de área, pois trata-se de condicionante da LP. Estudos foram realizados. Aguardando demais etapas pelo empreendedor” ³⁰
<ul style="list-style-type: none"> • Designar equipe específica para a elaboração, detalhamento e acompanhamento de todas as ações previstas junto às comunidades indígenas, em colaboração à Funai, demais órgãos governamentais e comunidades indígenas. 	O termo de Cooperação entre a Funai e a Norte Energia finalizou em setembro e até dezembro de 2012 não tinha sido renovado.
	Nada foi cumprido até o momento. Segundo a Funai: “Empreendedor afirma que o Programa de Documentação

³⁰ Resposta a Requerimento de informação nº08850.002622/2012- 15 da Funai, de 10 de dezembro de 2012.

<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar programa de documentação e registro de todo o processo de implantação dos programas; 	<p>estaria no PBA, entretanto não há previsão de programa assim na versão entregue para análise. Foi entregue proposta de um programa de documentação que está em análise”³¹.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar o processo de criação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Xingu, bem como a ampla participação das comunidades indígenas;; 	<p>“Um Comitê Gestor de Bacia Hidrográfica do Rio Xingu deveria ter sido criado.”³² O governo federal não fez nenhuma gestão para isso, apesar do empreendedor ter enviado carta para a ANA manifestando sua intenção em apoiar a criação do Comitê de Bacia do Rio Xingu. A ANA não reconhece os instrumentos de gestão de recursos hídricos como o Comitê de Bacia adequado para a região amazônica, mas também não propõe alternativas para tanto.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Contribuir para a melhoria da estrutura (com apoio financeiro e de equipe técnica adequada), da Funai, para que possa efetuar, em conjunto com os outros órgãos federais (Ibama, ICMbio, Incra, entre outros) a gestão e controle ambiental e territorial na região, bem como acompanhamento das ações referentes ao Processo. 	<p>O Termo de Cooperação entre a Funai e a Norte Energia finalizou em setembro e até dezembro de 2012 não tinha sido renovado.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Criação de uma instância específica para acompanhamento da questão indígena, pelo empreendedor, com equipe própria, evitando assim, a pulverização das ações indigenistas entre os demais Planos de Gestão Ambiental. 	<p>Foi criada, sim, dentro da estrutura da Norte Energia uma instância específica para assuntos indígenas.</p>

³¹ Ibidem.

³² <http://xingubacajairiri.blogspot.com.br/2012/06/nossos-rios-vao-mudar-os-compromissos.html>

<p>Condições da Licença de Instalação com prazos específicos a partir de 1º de junho de 2011. Ofício nº126/2011 Funai</p>	
<p>“Criação de um comitê indígena para controle e monitoramento da vazão que inclua mecanismos de acompanhamento- preferencialmente nas terras indígenas, além de treinamento e capacitação, com ampla participação das comunidades”. O comitê devia ser criado até 45 dias depois da emissão da LI.</p>	<p>O Comitê indígena para o monitoramento da vazão da Volta Grande do Xingu foi criado em novembro de 2012. Mais de 17 meses depois do prazo indicado pela Funai.</p>
<p>“Formação de um Comitê Gestor Indígena para as ações referentes aos programas de compensação do AHE Belo Monte” O comitê devia ser criado até 30 dias depois da emissão da LI.</p>	<p>O Comitê Gestor indígena para monitorar a implantação do PBA foi criado em novembro de 2012, mas o Plano Operativo do PBA indígena ainda não foi aprovado pela Funai. O PBA do Componente Indígena tem mais de 18 meses de atraso com relação ao início das obras.</p>
<p>“Definição clara dos mecanismos de transposição de embarcações pelo barramento” Até 20 dias depois da emissão da LI.</p>	<p>O sistema de transposição de embarcações consiste em um mecanismo que deve garantir a navegabilidade dos povos indígenas da Volta Grande do Xingu até Altamira durante a construção e operação da usina.</p> <p>Um ano depois do prazo estipulado a Norte Energia apresentou o STE para a Funai (em junho de 2012). Mas sua aprovação definitiva ficou condicionada ao cumprimento de 13 compromissos assumidos pela</p>

	empresa para aprimorar o sistema em reunião com os povos indígenas da VGX em setembro de 2012 ³³ .
“Implantação Plano de Proteção das TIs” Até 20 dias depois da emissão da LI.	O Plano de Proteção das TIs está mais que atrasado em palavras da própria Funai: “A Funai assinou Termo de Compromisso com Norte Energia S/A, sendo que um de seus planos de trabalho, é a execução do Plano de Proteção, apresentado pela Funai. Cronograma defasado. Apenas duas bases provisórias foram entregues. Em julho de 2012, a Norte Energia se comprometeu com novos prazos para execução das bases: duas até fim de setembro, duas até fim de outubro, duas até novembro e três até dezembro”. ³⁴ Nenhuma das bases prometidas depois de julho de 2012 foi construída.
“Apresentar estudos complementares do rio Bacajá” Até 20 dias depois da emissão da LI.	Entregue à Funai em junho de 2012 e em dezembro de 2012 ainda estava sob análise. ³⁵

³³ Ata de reunião dias 04 e 05 de setembro de 2012 que foi anexa a resposta a requerimento de informação nº08850.002622/2012- 15 da Funai, de 10 de dezembro de 2012.

³⁴ Resposta a Requerimento de informação nº08850.002622/2012- 15 da Funai, de 10 de dezembro de 2012.

³⁵ Ibidem.

<p>“Apresentar plano operativo com cronograma de execução das atividades do PBA, após manifestação da Funai” Até 30 dias depois da aprovação da Funai do PBA.</p>	<p>A Funai aprovou o PBA em 2 de julho de 2012 sendo 2 de agosto o prazo de entrega do Plano Operativo. De acordo com a Funai, em dezembro de 2012 o Plano Operativo estava “em revisão.”³⁶</p>
<p>“Celebrar Termo de Compromisso garantindo a execução do PBA” Até 35 dias após manifestação da Funai sobre o PBA.</p>	<p>Não foi celebrado nenhum Termo de Compromisso porque o Plano Operativo do PBA está em revisão. Ainda não foi aprovado.</p>
<p>“Apresentar trimestralmente modelagem sobre o adensamento populacional na região” Até 90 dias depois da emissão da LI</p>	<p>A Funai já recebeu um relatório apresentado em setembro de 2012.</p>

³⁶ Ibidem.